



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004967-37.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Rita de Cassia Goy**
 Requerido: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS - SAAE e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Indenização, proposta por Rita de Cássia Goy, contra o Município e o **SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**, sob o fundamento de que houve o refluxo de esgoto em sua residência, por negligência dos requeridos, no dia 22 de abril de 2014, inundando a casa inteira com fezes e sujeiras, que a obrigaram a desocupar o imóvel com sua família, só podendo a ele retornar no dia 25/04/14, causando dano em seu cão, que adoeceu, pelo contato com as fezes e teve que ser internado, além de outros prejuízos materiais e morais que pretende ver indenizados.

Houve emenda à inicial (fls. 45), para que fossem acrescidos valores ao pedido, deferida a fls. 49.

A Autarquia apresentou contestação (fl. 57), aduzindo que o refluxo decorreu de inexistência de válvula de retenção, de atribuição da autora; que ela não comprovou os danos materiais, sendo indevido o valor da poltrona, já que não se sabe o seu valor original. Alegou, ainda, inoccorrência de dano moral.

O Município apresentou contestação, alegando a sua ilegitimidade passiva.

Houve réplica (fls. 92).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Não é o caso de se reconhecer a ilegitimidade do Município, pois responde subsidiariamente, pelos danos ocasionados pela autarquia.

O pedido merece acolhimento, havendo que se fazer ajuste apenas quanto ao valor pleiteado a título de indenização.

Os requeridos não negam o evento, que vem confirmado pela própria documentação trazida pela autarquia. Também não impugnam especificamente os recibos apresentados. Apenas quanto à poltrona, houve questionamento do valor pleiteado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Quanto à alegação de que o problema decorreu de inexistência de válvula de retenção, não fez o SAAE qualquer prova nesse sentido. Os documentos por ele juntados apontam que os funcionários foram atender a uma ocorrência de desobstrução/reparo de esgoto, constando de fls. 80: "Obs. Serviço - Ok - de Rêde", restando evidente a inobservância do dever legal de manutenção da rede, decorrente de falha na prestação do serviço.

Assim, fica afastada a tese de culpa exclusiva da autora.

Trata-se de relação de consumo e cabia aos requeridos demonstrar que atuaram de maneira eficiente, o que não se verificou. A responsabilidade, no caso, é objetiva (art. 37, § 6º da CF), bastando a prova do dano e do nexo causal.

Quanto aos danos materiais, os requeridos, com exceção da poltrona não questionaram os orçamentos apresentados pela autora, compatíveis com os fatos narrados, pois as fotos demonstram que a casa foi inundada pelos dejetos, sendo necessária a contratação da empresa Mary Help, para efetuar a limpeza. Por outro lado, o cão da autora foi contaminado e teve que ficar internado, para receber tratamento veterinário. Além disso, ela e seus familiares tiveram que se afastar de residência e tiveram gastos com alimentação e foi preciso a contratação de serviço de desentupimento.

Apenas quanto à poltrona, há que se considerar o orçamento de menor valor e dele deduzir a quantia equivalente a 30%, já que era usada.

Quanto aos danos morais, patente a sua ocorrência, pois certamente a autora ficou abalada emocionalmente ao encontrar seu imóvel tomado por fezes e água fétida, que danificaram móveis e fizeram com que tivesse que se afastar da residência por alguns dias, alterando a rotina de todos e ocasionando degradação na habitação.

No que pertine ao valor da indenização, visando ao seu caráter punitivo e compensatório, a fim de proporcionar à vítima uma contrapartida pelo mau e aflição suportados, razoável o seu arbitramento em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** pedido, para o fim de condenar o SAAE e, subsidiariamente, o Município, a indenizar a autora na quantia de R\$ 2.938,40 (dois mil novecentos e trinta e oito reais e quarenta centavos) corrigidos desde o desembolso, com exceção da poltrona, ainda, na adquirida, cujo valor (R\$ 693,00) deve ser corrigido desde a citação, incidindo sobre todos os valores juros legais, desde a citação e, na quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais, corrigida e com a incidência de juros legais a partir do arbitramento, em tudo observando-se o disposto na Lei 11.960/09.

Condeno o SAAE e o Município, subsidiariamente, a arcar com os honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da condenação.

P R I

São Carlos, 29 de janeiro de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**